

Constituintes ouvem opiniões de paulistas

A Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias da Assembléa Constituinte realizou ontem, no auditório Teotônio Vilela da Assembléa Legislativa de São Paulo, a primeira audiência pública fora de Brasília, com objetivo de recolher subsídios para elaboração da nova Carta. "Escolhemos São Paulo por ser o Estado síntese da Nação. Mas iremos a outras capitais, seguindo a proposta do deputado Ulysses Guimarães de Constituinte itinerante", explicou o presidente da Subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Os três principais temas que o órgão debate sobre Direito Político são a elegibilidade de ocupantes do Poder Executivo, negada apenas aos prefeitos das pequenas cidades; direito de voto a partir dos 18 anos, que encontra resistência pois o "menor" também poderia ser candidato a posto eletivo; e o cancelamento do voto obrigatório. No campo dos direitos

coletivos também são três os assuntos com destaque: direito de iniciativa, quando um determinado número de cidadãos pode apresentar propostas à Assembléa Nacional Constituinte; direito de audiência, obrigando o Estado a consultar os cidadãos quando iniciar uma obra polémica (por exemplo, a construção de uma usina nuclear); e limitação do habeas corpus, que seria negado aos autores de seqüestro com a morte do referem, nos casos de latrocínio e assassinato de ascendentes, descendentes e cônjuges.

O secretário da Justiça, Mário Sérgio Duarte Garcia — representante do governador Orestes Quércia — teme que a limitação do habeas corpus "sirva ao totalismo, quando policial da esquina pode levar a dela qualquer um". Para o jurista Miguel Reale Júnior a extinção do voto obrigatório interessa apenas aos setores conservadores da sociedade brasileira".

ESTADO DE SÃO PAULO 25 ABR 1987

25 ABR 1987